



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 1- Educação e diversidade cultural e processos de produção de desigualdades

EXPERIÊNCIAS POLÍTICO-EDUCATIVAS DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO MST E MMTR-NE NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Allany Calaça da Silva – UFPE/CAA

Allene Carvalho Lage - UFPE/CAA

RESUMO

Este artigo desenvolve uma discussão sobre o papel das mulheres trabalhadoras rurais dentro dos Movimentos Sociais do Campo, mais precisamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco (MST-PE) e o Movimento das Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), bem como a construção de saberes de luta através de suas experiências político – educativas dentro destes. A base metodológica adotada refere-se a uma abordagem qualitativa, onde se procedeu a uma observação participante no campo de pesquisa. Utilizamos também, como uma das principais técnicas de coleta de dados, as entrevistas. E, além disso, fizemos uso de alguns aportes teóricos que nos ajudaram a embasar este trabalho de forma que contribuísse na discussão teórica e metodológica, como: Bourdieu (1983), Collin (2009), Gohn (1995), Saffioti (1987) e Silva (2004). Este artigo apresenta ainda, algumas compreensões da educação como um fator de luta pela resistência à produção de desigualdades. Tendo em vista a conquista dos direitos das mulheres camponesas, resgatando, principalmente aspectos históricos que ainda perpetuam no domínio político e social.

Palavras chave: Saberes Políticos. Experiências Educativas. Mulheres do Campo.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres nas principais lutas camponesas envolve a década de 1980, quando as militantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST promoveram o início das reivindicações por seus direitos enquanto trabalhadoras rurais. Na mesma época da criação do movimento, estas mulheres estiveram - ao longo de suas trajetórias de lutas - subalternizadas a uma sociedade de caráter machista. Assim, se adentraram de maneira invisibilizada pela propriedade hierárquica de uma camada

social. Além disso, trouxeram consigo suas identidades subordinadas a uma cultura historicamente patriarcal, e sem o reconhecimento de suas ações nos interesses sociais, econômicos, políticos e mobilizacionais.

Assim, este artigo parte de uma discussão acerca do papel que as práticas político-educativas dos movimentos sociais do campo estabelecem nas construções sociais e pessoais destas mulheres, enquanto pertencentes a movimentos que lutam pela igualdade nas suas diversas relações.

Por meio das observações no campo de estudo, houve a constatação de alguns aspectos das experiências cotidianas de como os movimentos sociais do campo constituídos de mulheres trabalhadoras rurais, vem desenvolvendo um trabalho que priorizam saberes intrínsecos de suas práticas, pautadas na transformação das relações sociais, e mais especificamente, nas de gênero. As discussões envolvem principalmente, fatores que buscam a emancipação da mulher e seu empoderamento político dentro e fora do Movimento.

Assim, podemos entender a necessidade de identificar e articular os saberes experienciais desenvolvidos pelas mulheres em foco, relacionando esta análise com o momento histórico e atual da política dos movimentos sociais do campo, aos quais as trabalhadoras rurais, ao longo de suas trajetórias de luta, viveram em condições subalternas e agora passam a buscar seus direitos há muito negados.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Tendo em vista o papel dos movimentos sociais na sociedade, é importante preferirmos que estes, no Brasil, vieram aos poucos, tomando uma postura inovadora no que diz respeito às questões dos direitos dos cidadãos e cidadãs submissos pela sociedade capitalista. De acordo com Gohn (1995), na década de 90 houve uma reelaboração na atuação dos movimentos sociais, por meio da qual, “a ação direta é preferida à ação delegada aos partidos, ou outros. Portanto, o plano da moral e da cultura ganha lugar central nas ações coletivas” (p. 207).

Priorizando estas questões, se faz necessário a compreensão sobre as relações de gênero, que ao longo do tempo foram se desenvolvendo com visões preconceituosas que não consideram a mulher camponesa como um ser socialmente ativo e proveniente de direitos e deveres igualitários, de acordo com Saffioti (1987).

Conforme vários referenciais feministas que existiram ao longo da construção histórica dos movimentos sociais, pode-se afirmar que o processo de constituição de poder social das mulheres ainda terá um longo caminho a percorrer acumulando força política e intelectual em busca de importantes contribuições na superação de antigos pensamentos sucessivos com o decorrer dos anos. Com a função masculina denominada de patriarcado, o homem que via na mulher o fracasso e a falta de inteligência acostumou-se a tratar mulheres como seres privados entre casa e família. A legislação está contaminada de patriarcado no campo, excluindo as mulheres de forma política, econômica e social.

É necessário entendermos também que a diferença entre os sexos é debatida em diversas circunstâncias e há muito tempo. Françoise Collin (2009) vem discutir sobre as Teorias da Diferença dos Sexos a partir da própria terminologia em que se constitui como recusa por alguns autores e autoras que afirmavam se remeter à concepções naturalistas. Estes autores/pesquisadores se remetem a termos como:

“construção social dos sexos”, ou mesmo “classes de sexos”, que definem *a priori*, a diferença dos sexos como uma pura produção social e encarnam, assim, uma das respostas ao problema posto. A noção de *gender* – articulada com a de *sex*-, importada dos Estados Unidos e traduzida por “gênero”, propõe uma solução para esta alternativa. A expressão “diferenças dos sexos” deveria permitir aqui a delimitação de três¹ grandes correntes teóricas do pensamento feminista. Todas elas sendo feministas, partem, em cada caso, da hipótese do caráter transformável das relações entre os sexos e das suas definições. A questão é saber se, e em que medida, uma forma de diferença sexual é abolida ou mantida num mundo comum igualitário, ou constitui um fator de redefinição desse mundo (COLLIN, 2009: 59).

Por meio de leituras e pesquisas realizadas em torno da conceituação das relações de gênero, podemos inferir que estas ainda estão marcadas por desequilíbrios em favor dos homens, o que se manifesta principalmente na política e na educação. Portanto, é necessário conhecermos os significados que as mulheres lideranças e/ou dirigentes dos

¹ O autor refere-se mais a frente em seu texto, à quais teorias se retratam: **Universalismo** (afirmação segundo a qual todos os seres humanos são indivíduos do mesmo quilate, independente das diferenças secundárias relativas às características físicas, à “raça”, ao sexo, ao idioma, etc). **Diferencialismo** (Para a posição diferencialista “há dois sexos” na mesma humanidade, o acesso a igualdade não é acesso à identidade). **Pós-modernismo e Queer** (Veio a crítica da metafísica introduzida por Heidegger. Ele marca uma ruptura com as formas da modernidade ocidental – cujas fontes são gregas -, definida pela categoria do domínio).

movimentos sociais do campo procuram inscrever sobre sua luta e participação, no interior deste, em relação com outras forças sociais.

É compreensível que a natureza política das ações de mulheres camponesas no interior do movimento social (MST e MMTR-NE²) torna-se inovador, tendo em vista que o campo chega a se colocar como um espaço de modelo homogeneizador e patriarcal. Sobre isso, Silva (2004) vem afirmar que: “A preocupação em “incluir” a mulher politicamente nas lutas do movimento está em sintonia com algumas das questões postas em debates na década de 1980. Questões que possuíam fortes contribuições do feminismo que, nesse momento, se (re) construía”. (SILVA, 2004:91).

Assim, podemos destacar que as diferenças que continuam a gerar os mais diversos tipos de submissão das mulheres do campo, tendem a diminuir, se forem considerados suas experiências de lutas, que se traduzem em saberes políticos.

De acordo com o pensamento de Bourdieu (1989), entendemos que a política e tudo que a envolve possui um campo de forças que impulsiona a transformação das diversas relações nos mais variados momentos. Por isso podemos afirmar que a introdução das mulheres trabalhadoras rurais neste campo (associações, movimentos sociais, sindicatos e partidos) tem possibilitado um aprendizado coletivo que gera, entre tantos aspectos positivos, a constante luta pela igualdade nas relações.

Diante disso é que a inclusão das mulheres em movimentos sociais influencia o rompimento da histórica separação de papéis, abrindo caminho para a ocupação destas nos diversos espaços da sociedade.

Os movimentos sociais, como inovador nas discussões sobre as relações de poder, desenvolvem novas maneiras de reivindicar direitos, mas mesmo assim, pois as mulheres do campo continuam sendo objeto de atitudes tradicionais de desigualdades de gênero. Assim, é necessário reafirmar que a participação política é um aprendizado coletivo e que se redefine no interior dos próprios movimentos. De acordo com Silva (2004):

A história tem mostrado que nos momentos de crise as mulheres sempre foram chamadas “à luta”. Foi assim na Revolução Francesa, na Revolução Comunista Russa, na Revolução Cubana, nos movimentos políticos mais tensos que envolveram o movimento

² Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

operário no Brasil. No entanto, a questão que causa estranhamento é o fato de que, terminadas as “batalhas”, as mulheres se vêem convidadas, mesmo que em convites não ditos, pronunciados, a retornar para casa, seu “espaço”, deixando para os homens as tarefas políticas de decidirem ou negociarem “a paz”, as conquistas (SILVA, 2004:172).

Desta forma, entendemos que ainda há muito a ser feito com relação o próprio fazer feminino dentro das lutas do campo. A participação das mulheres nos movimentos sociais também pode ser vista como um espaço de luta, de debate entre saberes. A partir deste envolvimento as mulheres acabam se sentindo fortalecidas e chegam a lançar formas de reação à submissão e a subalternidade. Elas passam a se reconhecer e ser reconhecidas como cidadãs, colocando-se mais acessíveis às pluralidades da sociedade.

CAMINHO METODOLÓGICO

Tratamos o presente artigo como um estudo de caso, pois focaliza um caso particular que é, a construção dos saberes políticos a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres do MST e do MMTR-NE. Além disso, fizemos uso da abordagem qualitativa de pesquisa, pois esta oferece a possibilidade de nos aproximarmos da realidade, mantendo contato direto com os pesquisados e com o contexto em que estão inseridos. Minayo (2008) afirma que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos valores e das atitudes” (p.21). É importante afirmar que “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo”. (p.14).

Na perspectiva de obter interpretações sobre a realidade humana vivenciada e partilhada por muitos, esta pesquisa direciona-se com finalidade exploratória e explicativa, os quais Gil (2008) concebe que:

Exploratória: [...] São desenvolvidas como o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (2008, p.27). Explicativa: [...] São aquelas pesquisas que vêm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (2008, p.28).

Desta forma este tipo de estudo, aproximará aspectos que cooperam para a predominância de fenômenos que afetam de maneira positiva nas relações de gênero

entre as mulheres do campo militantes do MST e do MMTR-NE, partindo da perspectiva educativa.

Tendo em vista solucionar nossa problemática relacionando com nossos objetivos, fizemos uso de algumas técnicas de coleta de dados como a observação participante nos campos de pesquisa: Assentamento Irmã Dorothy (MST/Caruaru), na Secretaria do MMTR-NE (Caruaru) e em alguns eventos em que as mulheres de ambos os Movimentos se encontravam, destacando a Escola Feminista que ocorreu entre os meses de Junho a Outubro de 2011, na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru).

A possibilidade de convivemos intensamente com as militantes desta organização por longos dias e horas, no intuito de nos sentirmos participantes de suas lutas e de seus cotidianos, nos direcionou, portanto, a esta escolha metodológica. Richardson (2011) infere que na observação participante é necessário que o observador/pesquisador se coloque na posição e na condição dos outros subsídios sensíveis que compõem o fato a ser investigado. O autor ainda destaca que:

Este tipo de observação é recomendado especialmente para estudos de grupos e comunidades. O observador participante tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade do que o observador não participante (RICHARDSON, 2011:261).

Todas as observações foram registradas em Diário de Campo, ao qual possibilitou definitivamente a fase de interpretação, análise e discussão dos principais dados. Além disso, utilizamos entrevistas como outra técnica de grande importância para a investigação do problema de estudo. Minayo (2008) afirma ser esta a técnica mais utilizada no trabalho de campo, e ainda vem inferir que:

A entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (p.64).

A experiência de observação ainda considerou uma vasta consulta bibliográfica, em acervos particulares, assim como em sites da Internet e outras formas de registro de memória. Abarcam ainda estudos e reflexões sistematizadas sobre as relações de gênero

do contexto vivenciado dos movimentos sociais, e mais especificamente a construção dos saberes políticos das mulheres do MST e do MMTR-NE.

SABERES EXPERENCIAIS DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Por meio de todos os dados coletados durante um longo processo de pesquisa que compreendeu todo o ano de 2011 e os primeiros meses de 2012, percebemos no geral que há uma crescente participação das mulheres do campo nas discussões políticas e de gênero dentro do movimento social que atuam. Este crescimento originou-se, em nosso entendimento, através de todo um contexto de luta aos quais as mulheres já vêm inseridas há algum tempo. No entanto, estes dados nos apontam que muitas mulheres trabalhadoras rurais sofrem algum tipo de bloqueio, e ainda são silenciadas pela voz opressora masculina, sejam por seus companheiros, filhos, irmãos ou colegas. Este se refere a um detalhe importante que se estabelece ainda mais pelo fato do espaço campesino ter um percurso histórico de patriarcalismo impulsionado por diversos fatores, ao qual se destaca o sistema econômico capitalista. Percebemos isto através de algumas falas, como esta:

Quando a gente vai participar do movimento eles acham que a gente vai “vagabundar”... e não é! Então é o machismo que a gente enfrenta, o preconceito, uma serie de coisas que se você fosse ouvir, você não saía, nunca saía... se eu tivesse de ouvir cada coisa eu não tinha participado nem da primeira reunião... eles colocam muito isso pra gente! E a questão do machismo é que eles não querem que a gente mude, eles querem que a agente continue imobilizadas ali, paradas, sem cabeça... Sem saber se é mulher, se é homem... Esse é um dos desafios (MARIA DE JESUS – MMTR/NE, 28/10/2011).

Os dados nos apontam que para as mulheres trabalhadoras rurais, a participação se faz necessária na luta dos Movimentos aos quais estão inseridas, mas, no entanto, muitas abrem mão desta por conta de outros afazeres, como: casa, alimentação, cuidar dos filhos e do marido. Notamos que o processo histórico de submissão influencia as mulheres a perpetuarem e, sobretudo ainda aceitarem este problema sócio-cultural:

É por que é assim, olhe aqui nesse Assentamento aqui se você for olhar o histórico, o passado de cada uma delas é de arrepiar, é de arrepiar os cabelos da gente... Cada uma delas... Então eu acho que é isso aí que vem aquela ligação, lá de traz, influenciando... Por que eu acredito assim, sabe, se você foi criada com uma determinada disciplina, criação é uma coisa, futuramente você vai dar pra ruim se

for seu instinto, se for seu instinto natura (BERNADETE – MST, 30/07/2011).

Contudo, existem as mulheres que se impõem à vontade masculina e a diversidade de estereótipos a elas condicionados. A estas percebemos um sentimento de poder e capacidade de lutar pelo que desejam dentro e fora do movimento social: “Eu não faço o que ele quer, eu sou uma pessoa dona da minha vida, do meu ser! Eu não perco o controle. Eu sou dona do meu nariz! Eu sou empoderada!” (CRISTINA – MMTR-NE, 12/07/2011).

Outra questão pertinente é referente à concepção que as mulheres trabalhadoras rurais possuem de si mesmas. Ao passo que entrevistamos as mulheres, percebemos que muitas se enxergam de maneira crítica quando se revelam sujeitas coletivas e individuais ao mesmo tempo. A cada necessidade se julgam de uma maneira.

Desta forma, como já explicitado anteriormente, entendemos que sendo um estudo que abrange dois movimentos sociais, é importante mencionar que as diferenças se referem especialmente à necessidade de um Movimento ter uma luta em busca da igualdade, sendo um Movimento constituído por homens e mulheres, e o outro por possuir somente em sua constituição, mulheres trabalhadoras rurais. Ou seja, Um contempla as lutas de gênero entre mulheres e homens dentro da mesma organização e dentro de uma luta maior e, o outro a luta de gênero dentro de uma organização somente de mulheres, mas que em ambos os casos se extrapolam para fora da organização, inserindo no cotidiano das mulheres. No entanto, notamos conseqüentemente que há entre as duas experiências uma ligação muito pertinente que se refere a luta para garantir os direitos e a igualdade entre os homens e as mulheres do/no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST realiza ações que incluem homens e mulheres (movimento misto) o que visibiliza as relações de gênero. Tendo em vista que a luta principal do Movimento é a realização da Reforma Agrária, o MST não deixa de lado as outras ações que envolvem a conquista de seu território, bem como a função social que este abarca nas vidas em movimento.

As lutas deste Movimento englobam ainda educação, saúde, trabalho, lazer, questões de gênero, entre outras. O próprio Movimento possui um Setor de Gênero, que surgiu a cerca de 10 anos e que trabalha acima de tudo, a formação política e ideológica das mulheres trabalhadoras rurais, relacionando sempre à educação. O surgimento deste

setor dentro do MST se deu pela reivindicação das próprias mulheres. Inicialmente formou-se Coletivo de Gênero. Existia o Coletivo Nacional, depois cada Estado, e atualmente em cada regional existe um responsável que coordena trabalhos de socialização. De acordo com as conversas informais realizadas com os sujeitos da pesquisa foi muito difícil para os homens do MST aceitarem que as mulheres se organizavam.

O assentamento escolhido para as observações é denominado de Assentamento Irmã Dorothy ou Lago Azul (nome da fazenda antes da ocupação). Por meio de observações no contexto do Movimento, podemos entender que este possui 27 anos de luta. Enquanto movimento campesino, percebemos que para as/os integrantes é importante trabalhar o fortalecimento das mulheres, trabalhando a Lei Maria da Penha, as desigualdades sexuais, desenvolvendo com mais complexidade o trabalho com as relações de gênero. No entanto, encontramos em algumas falas de companheiros das trabalhadoras rurais, que esta lei prejudicou muitos homens, o que pode denotar que a compreensão sobre as questões de gênero ainda é um desafio. Tendo em vista que a proposta do Movimento é um trabalho voltado à transformação da sociedade, faz-se necessário destacar que as mulheres trabalhadoras rurais iniciaram ações e partiram para a conquista de seus direitos.

A luta das mulheres lhes deu várias conquistas, mesmo que invisíveis para algumas delas. E de acordo com as diversas falas de entrevistas e conversas informais até aqui realizadas, a titulação da terra em nome das mulheres foi a principal delas. Toda mulher assentada tem direito de receber o Termo de Posse da Terra conquistada em seu nome, mas isso não as deixa paralisadas mediante outras lutas:

Do jeito que o INCRA bota a mulher como a titular principal da terra, a gente quer também ver se a gente consegue que os créditos que saem, que seja a mulher a primeira titular, né? Porque não tem aquela questão de que o dinheiro quem manda é o homem? Né? Então a gente tá reivindicando isso (BERNADETE – MST, 30/07/2011).

É importante destacar que o MST, apesar de ser um Movimento misto e culturalmente machista, abre aos poucos, espaço para a participação da mulher, o que não impede que as mesmas ainda sejam alvo de preconceitos e opressões que partem de seus companheiros, colegas e parentes. O Movimento situa estrategicamente o quanto é relevante à organização e à mobilização das mulheres, uma vez que estas continuam

sendo mal remuneradas no mercado de trabalho, e ainda não constituem um espaço igual ao dos homens em diversas esferas públicas.

Identificamos também, que o Movimento vem criando normas que assegurem nos cargos que compõe a direção e nas associações dos assentamentos, a igualdade na composição, sendo a metade homens e a outra metade mulheres, sem que haja qualquer vínculo familiar. O MST realiza diversas ações político-educativas como as rodas de diálogos, formação política, seminários, troca de saberes, encontros de mulheres e também ações concretas, como a marcha pela reforma agrária, e ocupações características do Movimento. As mulheres se destacam na luta, uma vez que estão ocupando os espaços juntamente com os companheiros militantes do Movimento.

Sendo assim, constatamos que o MMTR/NE e MST, desenvolvem subsídios significativos ao enfreteamento, e a conquista de direitos historicamente negados dentro e fora do Movimento. As formas encontradas de empoderamento no MST são dentro do espaço de formação política, que este realiza com as mulheres, como nos encontros regionais, estaduais. E quando não se consegue que as mulheres usem a sua voz, o Movimento inicia outra preparação de mecanismos para que elas se expressem, nas oficinas, nos grupos menores, conseguindo expor suas idéias fazendo a troca de experiência. Essa forma também é uma maneira de empoderamento deste Movimento.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) desenvolve um trabalho voltado só para as mulheres do campo, tendo em vista que um dos principais esforços deste Movimento se refere a dar visibilidade à mulher em condição de exclusão, promovendo a sua inserção nos diversos espaços da sociedade.

Observou-se que as ações desenvolvidas pelo Movimento têm condições de preparar muito mais as mulheres do campo a se difundirem em diversos espaços da sociedade (partidos, sindicatos, associações). As mulheres do campo precisam ser sujeitos políticos dos seus direitos como: aposentadoria, crédito, documentação (direito básico). Por isso é de fundamental relevância que a mulher se reconheça como um ser capaz de interagir com o meio social.

O MMTR-NE apresenta uma missão que se refere à construção de relações justas e igualitárias entre mulheres e homens do campo no Nordeste. E todas as ações do Movimento são voltadas para que se possa atingir essa missão. Assim, nessa

perspectiva pautada na construção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais, o Movimento se utiliza de processos educativos que impulsionam a concretização do objetivo principal, de se garantir a formação política da mulher, conscientizando-as através de temas atuais e que abrangem o que é ser mulher nesta sociedade, desenvolvendo o conhecimento de quais os papéis a serem efetivados por elas, em busca da superação do patriarcalismo.

Nesta direção, é importante mencionar que existem alguns desafios e dentre estes, o principal se pauta na necessidade de se transformar a mentalidade de submissão dessas mulheres, auxiliando a desenvolver a sua autonomia, na luta pela equidade nas relações de gênero, resignificando-as na medida em que elas vão se empoderando. Percebemos que a maioria das mulheres entrevistadas possui consciência dos seus direitos e da forte submissão que elas estão inseridas:

Os homens da roça, marido, namorado, companheiro, não quer que as mulheres, as esposas participem pra não se descobrir. Então isso é o que provoca mais a desigualdade, é a falta de conhecimento, a falta de articulação, até que a gente faz o conhecimento mesmo, a conscientização das pessoas pra poder se manifestar pra lutar, para ter seus direitos conquistados (MARIA DE JESUS – MMTR/NE, 28/10/2011).

Surgem então, práticas próprias deste Movimento que se referem à multiplicação do saber, ao qual o próprio nome já menciona. A multiplicação do saber é a prática de se multiplicar os novos conhecimentos adquiridos pelas lideranças, aos quais estas os refletem para as demais mulheres militantes que se encontram nos diversos Estados do Nordeste, com um único fim: o empoderamento da mulher trabalhadora rural nos espaços públicos da sociedade.

Em meio aos diversos aspectos diagnosticados, ainda foi possível perceber que as mulheres do MMTR-NE expressam por meio de suas experiências de vida e luta no Movimento, várias ações que para elas se fazem necessárias para a conquista de seus direitos. Dentre as entrevistas e conversas informais destacamos que um destes principais marcos é a Marcha das Margaridas. De acordo com as trabalhadoras rurais, mobilizações como esta, incentivam as ações contra quaisquer tipos de opressão vivida pelas camponesas, pescadoras, quebradeiras de coco babaçu.

Atualmente, no MMTR/NE **existem** uma gama de recursos, por meio de oficinas, palestras, capacitações, seminários, rodas de diálogos e encontros aos quais as

mesmas podem discutir sobre o combate à violência, cidadania, economia, produção. Muitos aspectos são tratados que fortalecem a luta das lideranças e vão de encontro com a falta de conhecimento, medo e a subalternização exercida sobre elas pela sociedade machista ao longo do processo histórico de submissão, exploração/dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os resultados obtidos nos levam a crer que os dois Movimentos estudados (MST e MMTR-NE) fundamentam-se, dentre tantas outras lutas, nas relações da conquista a igualdade de direitos entre mulheres e homens, e que aos poucos muitas questões historicamente situadas na sociedade patriarcal vão sendo reduzidas por meio de práticas socializadoras, educativas e de caráter político, levando ao empoderamento e consequentemente a emancipação dos papéis femininos no cotidiano das camponesas.

A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais adequou seu surgimento como sujeito político, iniciando o rompimento de sua invisibilidade como trabalhadora. Neste exercício de experiência, as mulheres do campo ao criarem seu próprio movimento na década de 1980 iniciaram a realização de encontros nacionais, marchas e campanhas, criando coletivos de mulheres e conquistando direitos. Participando de movimentos, as mulheres trabalhadoras rurais instituem ações para se afirmarem ainda mais como portadoras de um saber político, propondo-lhes dentre tantos aspectos, também repensar seu cotidiano.

Pudemos notar que as mulheres do campo constroem saberes que elas próprias não têm consciência que os tem. Saberes estes que partem de suas ações em conjunto e retornam em forma de práticas formativas e transformadoras do Movimento. E partindo desse aspecto, estas debatem, chegando a perceberem até mesmo que as atividades desenvolvidas em seus grupos sociais têm um significado maior do que se imagina. As ações das mulheres camponesas em movimentos sociais funcionam como um meio de aprendizagem política. E esta absorção se dará no exercício da luta e da organização das trabalhadoras rurais, instigando as direções a refletirem sobre as desigualdades de gênero.

Portanto concluímos que o destaque dado à questão do empoderamento das mulheres do campo, mais especificadamente as militantes do MST e do MMTR-NE, foco desta pesquisa, desenvolve uma ativa participação nas experiências por meio de

uma política direcionada às relações de gênero, nas diversas representações da sociedade. Tais relações de gênero demarcam as diferenças entre homens e mulheres, não somente no âmbito sexual, mas nas diversas distinções que se estabelecem no espaço da produção social, e da construção dos saberes políticos na esfera da econômica e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983;

COLLIN, Françoise. **Diferença dos sexos (teorias da)**. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008).

RICHARDSON, Roberto Jarry. [et al.]. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011. 3ª Ed.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O Poder do Macho**. 9ª edição; São Paulo. Editora Moderna. 1987.

SILVA, Cristiane Bereta Da. **Homens e Mulheres em Movimento**. Relações de Gênero e Subjetividades no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.